

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ANTONIO MARCOS DO NASCIMENTO REIS

AS NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

NO SÉCULO XXI E A MARINHA DO BRASIL:

os reflexos das reservas indígenas na faixa de fronteira para a vigilância fluvial.

Rio de Janeiro

2009

CC ANTONIO MARCOS DO NASCIMENTO REIS

AS NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

NO SÉCULO XXI E A MARINHA DO BRASIL:

os reflexos das reservas indígenas na faixa de fronteira para a vigilância fluvial.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Alceu Oliveira C. Jungstedt

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

A Amazônia brasileira é a maior bacia hidrográfica do mundo, com recursos naturais em abundância, mas apesar da riqueza, apresenta uma baixa densidade demográfica. O estudo da Amazônia destaca-se pela complexidade, urgência e importância para o futuro da sociedade brasileira, em face das novas ameaças. A Amazônia legal brasileira corresponde a 60% do território terrestre brasileiro, 70% da Amazônia geográfica, que engloba a maior biodiversidade do planeta, o maior estoque de água doce e uma gama de recursos minerais extraordinários, ainda que apenas 10% do território amazônico tenham sido mapeados geologicamente. O país já possui mais de 108 milhões de hectares de terras indígenas, o que corresponde a 13,5% do território nacional, para uma população que não ultrapassa 400 mil pessoas. Na Amazônia encontram-se 11.248 quilômetros de fronteiras a serem monitoradas, vigiadas e defendidas. O controle do tráfego fluvial nas terras indígenas localizadas na faixa de fronteira é o cerne da questão que engloba a vigilância das fronteiras fluviais e a questão indígena. Primeiramente foram abordados os aspectos históricos da Amazônia brasileira, nas questões fronteiriças e da navegação interior, onde foram percebidas as vulnerabilidades de acesso nas reservas indígenas na faixa de fronteira. Finalmente foi analisado o impacto das novas ameaças às populações indígenas e os reflexos para a vigilância fluvial, em particular na faixa de fronteira. Uma análise da importância das hidrovias, no contexto histórico e na atualidade, e a contribuição da presença da Marinha do Brasil na vigilância fluvial da Amazônia para manutenção da segurança nacional, da integridade nacional e na proteção das populações indígenas na faixa de fronteira.

Palavras-chave: Amazônia. Marinha do Brasil. Novas Ameaças. Reservas Indígenas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 O CONTEXTO HISTÓRICO.....	6
2.1 As fronteiras amazônicas.....	6
2.2 A navegação interior.....	7
2.3 A questão do rio Pirara.....	10
3 A VIGILÂNCIA FLUVIAL NAS FRONTEIRAS INDÍGENAS.....	11
3.1 A questão indígena e a “mexicanização” da Amazônia brasileira.....	12
3.2 As atividades de estrangeiros e a opinião pública.....	16
3.3 Os reflexos das ameaças na vigilância e a importância da presença da Marinha.....	19
4 CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Na nova ordem mundial, pós-Guerra Fria (1991), as novas ameaças surgem como desafio para a segurança internacional, fazendo uso das virtudes e fraquezas da globalização. A multiplicação do conhecimento e a integração dos mercados facilitam o acesso e incrementam a mobilidade proporcionada pela evolução dos transportes e das tecnologias digitais.

As vulnerabilidades do acesso fronteiriço dos Estados nacionais podem ser exploradas pelas redes terroristas, pelos traficantes de drogas, armas, biopirataria, minérios radioativos, pedras preciosas, informações e outros. As redes ilegais buscam os acessos menos vigiados para estabelecerem novas rotas por onde os produtos ilícitos possam circular, até que estes, quando cabível, migrem para redes legais, onde os recursos poderão fluir livremente.

As ações exploratórias de estrangeiros na Amazônia brasileira representam ameaça à Segurança Nacional no século XXI, sendo, portanto, necessária à ampliação do conhecimento cultural, científico e tecnológico da região pelos brasileiros. O tema Amazônia brasileira, de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, deve estar presente nas escolas e universidades, a fim de que as ameaças e vulnerabilidades continuem a ser estudadas.

Os acessos virtuais ou físicos são portas de entradas que precisam estar muito bem guardadas, quanto às novas ameaças, como ataques cibernéticos, ataques psicossociais, contrabando e outros. A Amazônia brasileira conta com diversos rios que se prolongam além da fronteira, funcionando os rios internacionais navegáveis como “portas” de entradas, objetos de interesse para a segurança das fronteiras amazônicas. Dentre os reflexos das novas ameaças na Marinha do Brasil, foram eleitos para estudo os impactos no controle do tráfego nos rios navegáveis das terras indígenas em áreas de fronteira.

Neste contexto, a questão indígena com a possível manipulação pelas organizações não-governamentais (ONG), nacionais e estrangeiras, e organismos internacionais que procuram caracterizá-la como um conflito étnico-cultural, apresenta-se como uma ameaça potencial de fragmentação da sociedade e do território nacional.

A presente monografia tem como propósito analisar os reflexos da existência de reservas indígenas na faixa de fronteira da Amazônia brasileira para a vigilância fluvial e a importância da presença da Marinha do Brasil (MB) no controle do tráfego fluvial para a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial brasileira, na primeira década do

século XXI.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e da experiência acumulada pelo autor durante quatro anos de serviço a bordo dos navios da Flotilha do Amazonas. A pesquisa facilitará a identificação de algumas vulnerabilidades estratégicas da região amazônica, em face das novas ameaças.

Sua relevância consiste em contribuir para a preparação de militares que servirão na região amazônica e para o planejamento de futuras operações ribeirinhas, ao buscar ampliar a discussão sobre a Amazônia, tema de indiscutível importância para a defesa da Pátria.

A monografia foi desenvolvida em dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta os ensinamentos históricos da questão envolvendo a Guiana como pano de fundo para a questão indígena, que foi eleita para materializar o interesse internacional e a atuação estrangeira, com foco na exploração das riquezas naturais e no interesse em retardar a integração e o desenvolvimento sustentável da região.

O segundo capítulo aborda os reflexos das novas ameaças na vigilância fluvial e os impactos do controle do tráfego fluvial pela MB na faixa de fronteira indígena, onde militam ONG ambientalistas, nacionais e estrangeiras, com interesses contrários à ordem e ao progresso, com destaque a manipulação da opinião pública nacional e internacional, no sentido de reduzir o ritmo de desenvolvimento da Amazônia brasileira e a importância da presença da MB na manutenção da soberania e integridade territorial nas terras indígenas fronteiriças.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO

A soberania brasileira sobre parte das terras ao norte da região amazônica foi questionada por diversos países fronteiriços durante a trajetória histórica da constituição dos limites territoriais do Brasil, que é rica em questões, arbitragens e tratados.

2.1 As fronteiras amazônicas

“Desde os primórdios da colonização luso-hispânica das Américas, que um grande desafio teve que ser vencido: a conquista da imensa floresta tropical e do mais caudaloso dos rios, o ‘Mar Dulce’, o Amazonas” (CABRAL, 2005, p. 6).

Doratioto (2005) relembra que a ofensiva da diplomacia imperial brasileira estabeleceu a fronteira¹ norte amazônica com os nossos vizinhos: Peru, em 1851; Colômbia, em 1853 e Venezuela, em 1859, que permitiram ao Brasil reafirmar a posse da Amazônia.

A proteção militar eficiente é essencial para garantir a inviolabilidade das fronteiras e para segurança das populações brasileiras que vivem na Amazônia. A vigilância das fronteiras, sempre foi indispensável, contudo, deve ser intensificada frente às novas ameaças do presente século (GUIMARÃES, 2005).

A entrada de capital estrangeiro rotulado como de natureza de ajuda humanitária, de estudos acadêmicos, de pesquisas científicas, de cooperação tecnológica e outras formas de financiamento, não têm encontrado obstáculos para justificar a presença estrangeira na Amazônia na condução das atividades econômicas locais, na aquisição de propriedades, dentre elas empresas de mineração, madeireiras e outras.

O movimento ecológico-indígena, desdobrado em diversas ONG, em defesa interesses econômicos dos países industrializados na Amazônia, se apresenta dos mais diversos modos: ações filantrópicas, humanitárias, religiosas, educacionais, pesquisas científicas em associação com universidades e institutos de pesquisa ou em cooperação com órgãos estatais ligados a levantamentos geológicos, minerais e hídricos, de demarcação de terras indígenas, dentre outras atividades.

A baixa densidade populacional, as grandes dimensões territoriais e elevadas distâncias dos grandes centros políticos e econômicos do país, tornam as pequenas cidades e

¹A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização são reguladas pela Lei n. 6.634/ 1979.

localidades vulneráveis ao uso do poder econômico estrangeiro, onde são explorados e pesquisados os recursos naturais, como nos primórdios da colonização.

A presença da MB no controle do tráfego fluvial é de suma importância para a dissuasão estratégica e para proteção dos brasileiros que vivem na região amazônica, principalmente as populações ribeirinhas que estão localizadas na faixa de fronteira, que são interligadas por uma grande malha fluvial.

2.2 A navegação interior

A manutenção da inviolabilidade das fronteiras nas reservas indígenas apresenta um viés diferenciado pelo isolamento das demais localidades da região. Enfatizada a necessidade do fortalecimento da presença da MB para mitigação da exposição das populações indígenas às ameaças externas.

A vigilância dos rios fronteiriços em áreas menos densamente povoadas e em reservas indígenas deve ser intensificada para garantir a inviolabilidade das fronteiras indígenas em face das novas ameaças no século XXI.

Houve, na década de 1850, verdadeira campanha internacional pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional. [...] para supostas explorações científicas dessa região[...] a eventual abertura do Amazonas à navegação internacional abriria a porta para a instalação de empreendimentos, a imigração de norte-americanos e, portanto, “à manobra com que se verificou a usurpação do Texas”. [...] Em 1853, o Governo brasileiro abriu o rio Amazonas à navegação, mas apenas para embarcações dos países ribeirinhos superiores, com os quais tinha interesse em estreitar relações (DORATIOTO, 2005, p. 8-9).

As declarações e os estudos que comprovam o interesse pela a Amazônia são reais. Dom Pedro II não atendeu ao pedido de abertura da calha principal da Amazônia à navegação estrangeira por acreditar que este ato redundaria na criação de protetorados na Amazônia, semelhantes aos criados na China pelas potências estrangeiras (MELLO, 2009).

A livre navegação do Amazonas e seus afluentes, navegáveis para grandes transatlânticos até grandes distâncias da calha principal, foi estabelecida apenas para Marinha Mercante dos Estados ribeirinhos, segundo o parecer do Conselho de Estado em 1866 (GUIMARÃES, 2005).

A Política de Defesa Nacional (PDN) voltada, preponderantemente, para ameaças externas, enfatiza a necessidade de aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras e das águas jurisdicionais. Segundo a PDN a presença militar na Amazônia contribui para a manutenção do clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira, primordiais para o

desenvolvimento e integração da região (BRASIL, 2005).

As grandes distâncias entre as pequenas cidades tornam o apoio logístico fluvial dos navios da MB relevante para a vigilância das fronteiras fluviais e a atuação do poder público na assistência das populações ribeirinhas, pois, as principais cidades da Amazônia brasileira estão localizadas nas margens dos rios.

Os rios desempenham as funções sociais de transporte, abastecimento e comunicação das comunidades ribeirinhas, que favorece ao povoamento das margens, respeitadas as vocações amazônicas, como suporte ao desenvolvimento socioeconômico.

O interesse internacional pela Amazônia no passado originou uma campanha no sentido de pressionar a opinião pública e o governo ao atendimento dos interesses econômicos, iniciando pela livre navegação dos rios. A navegação interior continua a ser uma via de acesso aos objetivos de interesse internacional, pelas “células de ameaças”, portanto o incremento na vigilância, controle do tráfego fluvial são primordiais para o desenvolvimento e a integração da Amazônia brasileira.

A navegação fluvial irregular possibilita a ocorrência de ilícitos transnacionais e o trânsito de estrangeiros e cargas pelas fronteiras com reduzido controle do Estado. A Amazônia conta com mais de 21 mil quilômetros de vias navegáveis, sendo necessário um incremento no controle e fiscalização, com a participação da MB. "Hoje as empresas não fazem sequer listas dos passageiros. Os rios são nossas estradas e encontram-se em estado tão precário quanto elas" (PINHEIRO, 2008).

A via fluvial é o caminho natural de acesso pelo qual as “células de ameaças” poderiam utilizar para entrar e atuar nas reservas indígenas.

O monitoramento fluvial poderia transformar o fator essencial, que é a mobilidade, de uma vulnerabilidade dada pela permissividade e capilaridade dos rios da região em um fator de força, em proveito do desenvolvimento e da integração, negando o uso dos rios às “células de ameaças”.

Segundo Guimarães (2005), é indispensável uma eficaz vigilância, controle e defesa das fronteiras pelas Forças Armadas, coadjuvadas pela Polícia Federal, para assegurar sua inviolabilidade, em face da elevada e crescente instabilidade política, social e econômica dos países vizinhos na Amazônia, da intensificação do narcotráfico internacional e da atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

A presença militar estadunidense em bases instaladas nos países fronteiriços da Amazônia brasileira, a pretexto de combater o tráfico de drogas, concretamente fornece

pontos de apoio logístico para diversos fins: reconhecimento da região, levantamentos de inteligência e de suas riquezas, treinamento, adaptação à região de seu pessoal entre outras finalidades.

A vigilância eficaz nas hidrovias proporciona ao país, um fator de dissuasão estratégica no sentido de prevenção de transbordamentos da instabilidade gerada pelo narcotráfico para o território nacional ou pela utilização das águas interiores em proveito das FARC.

A Amazônia é uma região estratégica, como ilustra a Revista Segurança e Defesa “Na Amazônia, destaca-se a necessidade de ações estratégicas visando ao fortalecimento da presença militar e a efetiva ação do Estado.” (PESCE, 2009, p. 4).

A integração nacional da Amazônia brasileira é um fator de redução do nível de ameaça à região Amazônica, por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

O Sistema de Segurança do Transporte Aquaviário na Amazônia possui uma rede de capitânicas, delegacias e agências, distribuídas pela região para o monitoramento e a manutenção da segurança do transporte fluvial, possibilitando que o transporte multimodal reduza o isolamento da região.

A percepção das ameaças externas se fundamenta na existência de riquezas naturais e de grandes potencialidades de aproveitamento na Amazônia e o interesse internacional em criar obstáculos artificiais ao desenvolvimento e a integração da região ao restante do país. Para contrapor-se às ameaças, a maior presença dos navios da MB na área da Amazônia brasileira com forte influência fluvial, contribui para a defesa do território, manutenção da soberania, identidade nacional e dos interesses nacionais.

2.3 A questão do rio Pirara

Segundo Silvestre (2008), na Amazônia, os territórios não serão conquistados no sentido militar clássico, mas sim pela neutralização de seu desenvolvimento socioeconômico e de seu povoamento para, em uma fase posterior, serem eventualmente declarados como territórios sem "soberania efetiva". Foi o que aconteceu com a região do Pirara. A área que compõe o sul da Guiana foi parte do território brasileiro até o início do século XX, quando o Reino Unido fomentou uma disputa fronteiriça com o Brasil, alegando que os índios que viviam na região teriam solicitado a proteção britânica. O Brasil cedeu e retirou do Pirara suas representações civis e o destacamento militar, reconhecendo provisoriamente a neutralidade do território indígena. O resultado da "grilagem" praticada sob o pretexto de proteção aos índios foi a perda de 19.630 Km² do território nacional.

Villa (2006) alerta sobre a questão do Canal do Panamá (1903), quando o Senado da Colômbia derrubou o tratado para a construção do Canal, à época uma província colombiana, e os Estados Unidos da América (EUA) estimularam uma rebelião separatista que levou à proclamação da República do Panamá. O governo provisório do Panamá concedeu aos EUA o uso, controle e ocupação perpétua da Zona do Canal, uma faixa de 16 km de largura através do istmo. Neste fato concreto não foi respeitada a soberania da Colômbia, tendo sido usurpada a área de interesse pelos EUA.

Na perspectiva da construção do território brasileiro, a Amazônia era tão importante quanto o Prata, já que o Império enfrentava as ambições francesas e britânicas de acesso ao vale amazônico, assim como as pressões dos Estados Unidos para o estabelecimento da livre navegação internacional dos rios amazônicos — que seria efetivada em 1866. Os contenciosos com a França (Questão do Amapá) e Grã-Bretanha (Questão do Pirara) só viriam a ser resolvidos no início da República (CAVAGNARI FILHO, 2002).

A demonstração dos interesses econômicos e militares na região amazônica por parte dos países desenvolvidos realça a importância de melhor conhecimento da atuação de estrangeiros na região e do acompanhamento do cenário geopolítico, fundamentando o incremento da participação da MB na vigilância da região amazônica.

Este autor entende que os ensinamentos históricos colhidos não podem ser desprezados no planejamento e emprego das Forças Armadas na segurança da Amazônia brasileira, especialmente nas reservas indígenas na faixa de fronteira, pois, com a perda da planície do rio Pirara, a Guiana obteve o acesso à bacia amazônica.

3 A VIGILÂNCIA FLUVIAL NAS FRONTEIRAS INDÍGENAS

As novas ameaças à segurança da Amazônia brasileira põem em risco a estabilidade, o crescimento e a paz da região. O Estado em sua soberania e território, a sociedade em seus recursos naturais e as populações indígenas em seu desenvolvimento e identidade nacional são alvos destas ameaças no século XXI.

No entorno das fronteiras amazônicas existem diversos núcleos de instabilidade, as FARC e os narcotraficantes, além das ONG que militam nas questões ambientais e indigenistas contrários aos interesses nacionais.

As populações indígenas necessitam ser protegidas das ameaças externas. Sendo, portanto, mister o controle do tráfego fluvial nas fronteiras das terras indígenas.

Segundo o General Heleno², a questão da cobiça internacional extrapola o componente militar ao não se manifestar por ações explícitas de força, e sim agir de forma furtiva, velada, pouco transparente e dissimulada. Não se trata de uma questão de governo, mas de uma questão de Estado, de soberania. O controle sobre as organizações não-governamentais que atuam na Amazônia já constava na agenda militar de defesa em 2007, por existir ONG internacionais que estimulam os índios a lutarem pela divisão do território nacional.

A demanda internacional por recursos naturais para sustentar o ritmo de crescimento dos países desenvolvidos e a existência de riquezas naturais na região amazônica, em contraste com a baixa densidade demográfica e o baixo índice de desenvolvimento sócio-econômico regional, devido ao afastamento dos grandes centros nacionais industriais e de produção de conhecimento científico e tecnológico, despertam a atenção da comunidade acadêmica e científica brasileira, quanto à necessidade de aprimorar a vigilância, o controle e a defesa da Amazônia brasileira, no confronto assimétrico potencial a ser travado, no presente século, à luz da perspectiva global de escassez de recursos.

A Amazônia é uma região abundante em desafios e oportunidades, em objetos para pesquisa e desenvolvimento de vasta gama de áreas da ciência, a serem utilizados pelas comunidades acadêmicas, científicas e industriais nacionais, em proveito do desenvolvimento do país, com geração de patentes nacionais, e, sobretudo, conhecimento amazônico brasileiro genuíno em proveito do desenvolvimento da região e da preservação do meio ambiente.

² Jornal O Estado de S. Paulo, de 25 de novembro de 2007.

3.1 A questão indígena e a “mexicanização” da Amazônia brasileira

Segundo Mello (2009), em detrimento da defesa do território e da soberania nacionais, atendendo a pressões internacionais, sobre pretexto de proteção aos índios, da diversidade étnico-cultural e preservação do meio ambiente, foi demarcada em área contínua a Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) com superfície aproximada de 1.743.089 hectares, sem participação do Conselho de Segurança Nacional, quando o espaço territorial brasileiro em questão já fora alvo de disputa com a Venezuela e a Guiana.

A utilização de métodos não convencionais pelos agentes não-governamentais requer percepção acurada e conhecimento atualizado para identificar as novas ameaças.

Uma análise superficial da questão indígena poderia conduzir ao pensamento de que tais ameaças não existem, porém, fatos históricos apresentam métodos bastante similares aos atualmente em uso, para que a repetição da estratégia utilizada no passado, não seja percebida como ameaça, apesar da nova roupagem não convencional utilizada.

O degelo produzido pelo fim da Guerra Fria possibilitou a emergência, um pouco por toda parte do mundo, de problemas e de fenômenos de sociedade, alguns dos quais hoje aparecem como ‘novos’ apenas porque haviam sido forçados a uma “gestão clandestina”, decorrente da sua repressão direta ou indireta, como é o caso das populações de origem indígenas na América Latina (VELLOSO; MARTINS, 2006, p. 54).

As demarcações das terras indígenas no sentido oposto ao da integração nacional retardam o desenvolvimento e a integração da região, a título da preservação cultural dos indígenas brasileiros, quando a tradição brasileira é de ser um país multicultural.

Mello (2009) ao comparar a situação do Brasil contemporâneo com a do México no século XIX, na qual este país perdeu grande parte do original território para os EUA, envolvendo a questão indígena, atesta que:

O assalto à soberania e a ocupação dissimulada da Amazônia, acobertada pela proteção das reservas indígenas. Hoje nos países em desenvolvimento desconfia-se de que camufladamente grande parte daquelas sociedades não governamentais e missões religiosas desempenham a mesma função do vilipêndio; na rota da ocupação fingem-se de zelo sacerdotal pela causa indígena ou se credenciam como cientistas do solo, da fauna e da flora. São a ponta de lança da invasão futura, buscam desse modo, melhor conhecer nossas riquezas com o propósito de arrebatar-las depois, consoante já o fizeram nos casos do México e da Colômbia, vítimas da maior tragédia imperialista dos últimos cento e cinquenta anos na América Latina. Não é sem razão que a demarcação das reservas indígenas, ocorrendo mediante subreptícia pressão internacional, em verdade não correspondente aos interesses do nosso índio, mas aos desígnios predatórios da cobiça imperialista, empenhada já na ocupação dissimulada do espaço amazônico e na preparação e proclamação da independência das tribos indígenas como nações encravadas em nosso próprio território, do qual se desmembrariam.

A crescente internacionalização das matérias-primas, onde os países em

desenvolvimentos são os principais fornecedores, sob rótulo da globalização dos mercados, onde os compradores, os países desenvolvidos, controlam o mercado de minérios essenciais ditando as cotações.

Na opinião deste autor, as demarcações de imensas reservas caracterizam-se, na realidade, por ser uma operação não-convencional de negação do uso das riquezas e proteção dos recursos naturais contra os brasileiros, “reservando” as matérias-primas a serem exploradas pelos países desenvolvidos.

A Amazônia é objeto de interesse internacional, pela grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas com baixa densidade demográfica.

No contexto de assimetrias de poder e de estágios de desenvolvimento, a perspectiva ambiental amplamente divulgada oculta a perspectiva econômica, a real demanda internacional pelo grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade.

Nas atividades predatórias de exploração das riquezas extraídas da Amazônia por estrangeiros, na prática de ilícitos transnacionais, como a biopirataria, o descaminho de diamantes, ouro e minérios radioativos, a utilização dos rios amazônicos como via de escoamento da produção para o exterior é uma possibilidade, por isso a presença da MB nos rios da Amazônia é essencial para a manutenção da inviolabilidade das fronteiras fluviais, principalmente nas reservas indígenas demarcadas em áreas com riquezas minerais já conhecidas, como ouro e diamante, por exemplo.

As questões indígenas e fronteiriças convergem no âmbito da demarcação de terras indígena em área de fronteira amazônica, com a similitude dos ensinamentos históricos colhidos da questão do rio Pirara, do Canal do Panamá e do México, realçando a necessidade do incremento da presença da MB nos rios navegáveis das terras indígenas fronteiriças e na Amazônia brasileira como um todo.

Logo, a questão indígena é relevante para defesa nacional, como na questão do rio Pirara onde a “proteção” dos índios foi invocada pela Coroa Britânica; e na questão do México versus EUA, onde a atuação de estrangeiros, que foram recebidos de boa-fé, no território mexicano fronteiriço com baixa densidade demográfica.

A questão indígena promovida pelas ONG, com destaque na diferenciação étnico-cultural, procura dividir e isolar “irmãos”, quando na realidade os brasileiros são oriundos de um longo processo de miscigenação, da qual os indígenas brasileiros tem participação. Todos são brasileiros, antes de serem índios ou não-índios.

A demarcação de terra indígena retarda o aproveitamento dos recursos hídricos,

incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais, salvo, legalmente, com a autorização do Congresso Nacional ou ilegalmente, pelo descaminho, que já ocorre com ouro e diamante na fronteira da TIRSS com a Guiana (MELLO, 2009).

Segundo Rosenfield (2009), no discurso apresentado de corrigir uma "injustiça" histórica, com o processo da relativização da soberania nacional, da propriedade privada, não interessa a identidade brasileira com sua miscigenação peculiar, nesse sentido, os movimentos sociais buscam apoio político e financiamento na Europa e nos EUA, alimentando as pressões exercidas sobre o Brasil e os formadores de opinião nacionais e internacionais.

O desenvolvimento não é uma imposição do Estado, sim um direito de todos os brasileiros, ainda que indígenas. O contato com a natureza e preservação das tradições e expressões culturais dos indígenas brasileiros não são incompatíveis com a presença e efetiva ação do Estado.

As ONG ou movimentos sociais que procuram mover a opinião pública nacional e internacional contra as instituições constitucionais democráticas, no sentido contrário aos objetivos fundamentais³ da República, como a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais; e ao interesse público da União, como a integração nacional, constituem uma potencial ameaça a segurança nacional.

As “células de ameaças” ao defenderem o isolamento, a privação do desenvolvimento social e econômico das populações indígenas brasileiras, incentivando a conservação destas em estágios primitivos de desenvolvimento social, estão contribuindo para aumentar vulnerabilidade de acesso ilícito na faixa de fronteira, pois, aquelas parcelas da sociedade brasileira em estado social arcaico, de maior simplicidade cultural, tornando aquelas reservas mais atraentes para investidas externas que outras regiões nas quais parcelas da sociedade brasileira em estágios de desenvolvimento social mais complexo, poderia representar um maior obstáculo as ações ilícitas de exploração predatória.

As terras indígenas por serem da União excluem a jurisdições estaduais e municipais, sendo mais um fator de enfraquecimento da faixa de fronteira, quando incluídas no processo de demarcação em fronteiras, pois a concorrência de jurisdições⁴ fortalece a ação pública no desenvolvimento da faixa de interesse para a Segurança Nacional.

Segundo, o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, há ONG que escondem interesses relacionados à biopirataria e à tentativa de influência na cultura indígena, visando

³Art. 3. da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>.

⁴A concorrência de jurisdição municipal, estadual e federal.

apropriação velada de determinadas regiões (MELLO, 2009).

A presença da MB na Amazônia brasileira é essencial à manutenção da soberania nacional e da integridade territorial da República, por representar a efetiva ação do Estado para preservação dos interesses nacionais, face à crescente cobiça internacional, dissimulada em ajuda humanitária, cooperação econômica, científica, acadêmica, cultural ou religiosa.

Segundo Mello (2009), as campanhas ecologistas internacionais sobre a região Amazônica estão deixando a fase propagandística para iniciar a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas na região. Revela-se, portanto, a necessidade de abandonar a visão ingênua e abraçar uma visão realista desta ameaça latente.

Como, então, em pleno século XXI, considerados os avanços culturais de toda ordem, cogitar-se de isolamento da população indígena, procedendo-se à delimitação territorial contínua para afastar-se da área os não-índios? O retrocesso é flagrante, não se coadunando com os interesses maiores de uma nacionalidade integrada (MELLO, 2009, p. 85).

Ainda segundo Mello (2009), a TIRSS em área tão complexa no tocante ao interesse nacional, proteção cultural e ambiental pode configurar grave erro histórico, pelos seguintes fatos: a pouca densidade demográfica, área com vasta extensão de fronteira tri nacional de grande interesse geopolítico devido aos problemas de instabilidades históricas de limites entre a Guiana e a Venezuela. Nas regiões de fronteira tríplice, mais suscetíveis às turbulências, o controle do Estado-Nação é limitado, o que poderá favorecer a garimpagem ilegal, contrabando, a presença de narcotraficantes, refúgio para criminosos; o surgimento de movimentos separatistas, por suscitar futuras questões e conflitos territoriais; e outros ilícitos, onde se destaca vasta área de rochas proterozóicas riquíssimas em recursos minerais, ainda intocados como ouro e diamante, entre outros, e única no norte da Amazônia.

A pressão internacional pela demarcação de reservas indígenas na faixa de fronteira e a presença de zonas de instabilidade fronteiriças em região de floresta, decorrentes da ação de movimentos guerrilheiros, grupos paramilitares, em países vizinhos e da ocorrência de ilícitos transnacionais, como narcotráfico, contrabando, biopirataria, demais ameaças externas.

A vigilância e o controle do tráfego dos rios amazônicos, pela MB, são de relevantes para manutenção da paz na região amazônica brasileira, contribuindo para o incremento da integração regional e para o fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável da maior bacia fluvial do mundo, a despeito dos movimentos dos sem terra, ecológicos e indígenas contrários ao interesses nacionais e instituições constitucionais do Estado Democrático de Direito.

3.2 As atividades de estrangeiros e a opinião pública

A Amazônia brasileira apresenta uma baixa densidade demográfica com núcleos de povoamento dispersos na região, devido às grandes distâncias.

A pressão externa influenciou a opinião pública nacional, gerando um quadro de constrangimento para os governos e organismos estatais, transformados em fiscais negativos do crescimento do país. O desenvolvimento foi contido. Amplas áreas do país, sobretudo na região amazônica, foram transformadas em reservas destinadas à conservação da flora e fauna raras, e das comunidades de cultura indígenas. Reservas para o futuro e é nesse futuro que reside o perigo, reservas que são destinadas as grandes potências (CABRAL, 2009).

As vulnerabilidades de acesso das reservas indígenas na faixa de fronteira poderão ser potencializadas pela fragmentação da sociedade brasileira, que atores transnacionais artificialmente produzem, pelo isolamento das populações indígenas, pelo impedimento ou retardamento do desenvolvimento e integração.

Os interesses geopolíticos e geoeconômicos transnacionais fomentam e animam as redes legais e ilegais formadas ou financiadas por atores estrangeiros.

As atividades das “células de ameaças” estrangeiras e nacionais materializam a projeção de poder político e econômico estrangeiro, com base na manipulação da mídia e nas ações psicossociais, para neutralizar as iniciativas contrárias aos interesses dos países desenvolvidos.

A soberania nacional e a integridade territorial não podem ser contrastadas por atores não-governamentais, movimentos sociais ou por organismos internacionais, porém a manipulação da opinião pública nacional e internacional poderia abrir caminho para as mudanças de ações dos agentes estatais, planejamento e decisões governamentais internas na direção desejada, contrária aos interesses nacionais.

No século XXI, pelo relevante alcance dos meios de comunicação e maior poder da mídia, na articulação e manipulação da opinião nacional e internacional, as ações articuladas pelos interesses contrários a interesse público da União são mais efetivas, tornando as ONG um instrumento eficaz em proveito da exploração estrangeira.

Os recursos hídricos e pesqueiros, os recursos estratégicos, o petróleo, as demais riquezas minerais, vegetais e animais da biodiversidade amazônica, conhecida e por descobrir (GUIMARÃES, 2005). Cabe a MB contribuir para defesa dos recursos naturais e das populações ribeirinhas da Amazônia brasileira.

Embora, no século XXI, haja um maior grau de virtualização dos fluxos financeiros, o que favorece a corrupção, especulação e demais ilícitos transnacionais em proveito da rede de atividades ilegais, os frutos tangíveis não-financeiros precisam ser exportados. Neste aspecto, o transporte fluvial ganha relevância.

A materialidade dos produtos usurpados, salvo os digitalizáveis como os mapeamentos geológicos com as posições das jazidas minerais, seqüências genéticas de fauna e flora, análises de solo e demais conhecimentos coletados que podem sair via dados da Amazônia, torna necessário o estabelecimento de rotas clandestinas de saída.

Os produtos como diamantes, ouro, urânio, tório e outros, precisarão cruzar a fronteira, seja por terra, rio ou ar. Os produtos de grande volume ou peso, devido ao custo ou devido a dificuldade de deslocamento na floresta, poderiam provavelmente seguir por via fluvial, os produtos de reduzido peso e volume, por via aérea ou terrestre, naturalmente.

O país já possui mais de 108 milhões de hectares de terras indígenas, o que corresponde a 13,5% do território nacional, para uma população que não ultrapassa 400 mil pessoas em terras propriamente rurais (MELLO, 2009, p. 89-104).

O domínio do conhecimento da Amazônia pela sociedade brasileira é restrito, bem como a exploração dos imensos recursos naturais por brasileiros, de forma racional e competente (CABRAL, 2009).

Os efeitos do maior conhecimento da Amazônia pelos brasileiros poderiam representar obstáculos à livre exploração de empresas transnacionais e a militância das ONG em sua maioria na área de preservação do meio-ambiente e da cultura indígena, sem controle efetivo de suas reais ações e intenções. A sociedade ao ter o pleno conhecimento do valor das riquezas e potencialidades, poderia despertar, e percebendo as oportunidades que estão sendo perdidas, limitar a atuação de estrangeiros contrários aos interesses nacionais, e utilizar os recursos para o desenvolvimento da região, em busca da melhoria da vida e geração de emprego.

O levantamento do meio ambiente ribeirinho contribui para a formação de conhecimento genuinamente brasileiro, levando à modernidade tecnológica dos bancos de dados acadêmico, científico e tecnológico, em proveito da manutenção da segurança da navegação, desenvolvimento das hidrovias amazônicas e do transporte fluvial, fomentando à sustentabilidade pela preservação ambiental e preservação e proteção das populações indígenas na faixa de fronteira.

Segundo Guimarães (2005), o estudo da Amazônia destaca-se pela complexidade

e urgência, elegendo-se pela importância para o futuro da sociedade brasileira. Na Amazônia encontram-se 11.248 quilômetros de fronteira a ser monitorada, vigiada e defendida. A Amazônia legal brasileira corresponde a 60% do território terrestre brasileiro, 70% da Amazônia geográfica, que engloba a maior biodiversidade do planeta, o maior estoque de água doce e uma gama de recursos minerais extraordinários, ainda que apenas 10% do território amazônico tenham sido mapeados geologicamente.

A água doce, apesar das aparências, é escassa. Representa somente 2,5% da massa líquida do planeta, sendo a água potável apenas 0,01%. Além disso, a maior parte da água doce se concentra entre as calotas polares e os depósitos subterrâneos (mais de 99,5%), por isso somente uma pequena fração flui em forma de rios, principal fonte de aproveitamento para as pessoas. Dos recursos hídricos disponíveis, 54% são utilizados, devido ao acelerado crescimento demográfico, sua desigual distribuição em nível mundial e os padrões insustentáveis de uso. O Rio Amazonas, nesse quadro da oferta mundial, é a corrente de água doce mais extensa, larga e profunda, com uma descarga aproximada de 210.000 m³ por segundo, sendo superior à soma das descargas dos outros nove maiores rios do planeta e equivalente a 20% do total de água doce disponível. Suas características hidrológicas são únicas no mundo (OTCA, 2004, p. 33).

Há perspectiva de escassez mundial de água no futuro. Atualmente vários países já fazem uso de processos de dessalinização da água do mar para suprir as suas necessidades. O rio Amazonas como o maior volume de água do mundo poderia ser alvo de pressão internacional, sob pretexto de que a água é um direito da humanidade.

A questão da água como bem da humanidade, no sentido de tornar o acesso a água potável como necessário a dignidade da pessoa humana, como objeto da pressão internacional para que haja a adesão pelo Brasil de tratados internacionais no sentido da internacionalização da gestão dos recursos, sendo, portanto, mais um argumento para se acelerar o desenvolvimento sustentável da região.

A Amazônia não pode ser considerada uma reserva para o futuro, mas sim uma região a ser integrada e mais densamente povoada, “a incorporação da Amazônia à civilização brasileira constitui desde agora, na concepção estratégica nacional, uma alta manobra de geopolítica que, se realizada com êxito, elevará o país à condição de um dos megastados do século XXI” (CABRAL, 2009, p. 8).

Há que aproveitar o momento internacional para através de uma “diplomacia corajosa e de um dispositivo militar de defesa da Amazônia”, credível e capaz, dissuadir qualquer aventura de grupos ou potências interessadas, bem como desarmar a ‘orquestração internacional’ que atenta contra os nossos direitos soberanos, assim, quando se observa a conjuntura internacional, com as ameaças e oportunidades que encerra, cada vez mais aparece claramente que a problemática do desenvolvimento brasileiro e sul-americano tem em seu cerne a questão amazônica (CABRAL, 2009, p. 14-15).

Os recursos naturais estão no cerne das questões ambientais, indígenas, hídricas e energéticas. Nas áreas indígenas, nos aspectos relativos ao desenvolvimento humano e da sustentabilidade torna-se necessária a ação do Estado, que pode ser intensificada pela vigilância fluvial.

Além dos efeitos mais perversos da era da globalização, o empobrecimento e desemprego em massa, a globalização além de amesquinhar as soberanias, impõe a alienação do interesse nacional no altar dos interesses multi e transnacionais. A emasculação do princípio da soberania, independência e integridade nacional, decorrente da anarquia da globalização, acaba gerando conflito e exacerbando ânimos, criando o caldo de cultura onde irão vicejar: o extremismo político, religioso e étnico; o separatismo; o terrorismo (CABRAL, 2009, p. 16-17).

O Brasil é um país pluriétnico, onde a miscigenação é uma das características mais marcantes da sociedade brasileira, com elevada diversidade cultural e étnica. O isolamento dos índios brasileiros em reservas, além de retardar o desenvolvimento sócio-econômico, não contribui para integração nacional, respeitadas suas tradições culturais das populações indígenas.

Cada região brasileira preserva suas tradições locais, o que fomentam o turismo doméstico, que favorece ao intercâmbio cultural e a geração de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional.

3.3 Os reflexos das ameaças na vigilância e a importância da presença da Marinha

A sociedade brasileira não tem o perfeito conhecimento das abundantes riquezas da Amazônia brasileira. “Se não nos conhecemos nem ao inimigo, sucumbiremos em todas as batalhas.” (SUN TZU, *apud*, CLAVELL, 2002, p. 28).

As fronteiras fluviais indígenas são apenas as portas mais largas a serem fechadas às ameaças, restam muitas outras a serem vigiadas na Amazônia Brasileira.

A abundância de recursos naturais, apesar dos obstáculos ao desenvolvimento a serem vencidos, representa uma oportunidade ímpar para o crescimento das mais diversas áreas do conhecimento, pela variedade de matérias-primas disponíveis, para a indústria, a universidade e o Estado. A existência de minerais raros e radioativos que poderiam ser empregados como combustível para submarino nuclear da MB, para o desenvolvimento de ligas resistentes a corrosão para construção naval, entre outras possibilidades de aplicação dos

recursos minerais da região amazônica. A vigilância de área tão rica em recursos sob ameaça de usurpação, quando são fartos os conhecimentos históricos demonstrando a cobiça por recursos pelos países desenvolvidos, torna-se relevante.

Os índios brasileiros são brasileiros que precisam ser protegidos pelo Estado. A MB como instituição constitucional permanente, na vigilância das fronteiras fluviais, zela pela segurança das populações indígenas em face das novas ameaças, o que torna essencial o controle do tráfego fluvial na faixa de fronteira.

A presença da MB nas reservas indígenas contribui para a intensificação do controle do Estado nas atividades realizadas nas áreas mais remotas do território nacional, quanto aos ilícitos transnacionais e para a redução do isolamento das reservas, reforçando a identidade nacional nas comunidades indígenas.

Neste sentido, a integração nacional contribui para o desenvolvimento da hidrovia e do transporte fluvial fazendo parte da infraestrutura relevante para apoiar o desenvolvimento sustentável.

O controle do tráfego fluvial na Amazônia realizado pela MB, com destaque aos afluentes que se prolongam aos países vizinhos, com a atualização dos conhecimentos sobre a região, como por exemplo, cartográfico e hidrográfico, entre outros.

O desenvolvimento e a integração da região ao restante do país reforçam a soberania nacional. A manutenção da segurança da Amazônia Brasileira é um desafio de âmbito nacional, cabe a MB contribuir com os esforços das demais instituições do Estado, com a participação de todos os brasileiros, índio e não índios, pois a Amazônia brasileira, como a maior parte do Brasil, pertence a todos os brasileiros.

A MB na manutenção da soberania nacional nos rios da Amazônia Brasileira, maior rede hidrográfica do mundo, por apoiar a atuação do poder público e contribuir para a vigilância das fronteiras, contribui na proteção e a assistência da população ribeirinha indígena.

As vulnerabilidades de acesso externo das reservas indígenas, demarcadas na faixa de fronteira, que poderia ser utilizadas pelos atores das novas ameaças à segurança da Amazônia brasileira, geram reflexos na MB.

Primeiramente o alerta sobre a relevância do tema, a importância de aprofundar os estudos sobre a Amazônia brasileira e a necessidade de produção integrada de conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos genuinamente brasileiros para confrontação dos desafios e ameaças, para tornar possível o desenvolvimento sustentável da região.

No século XXI, a produção e o controle dos conhecimentos científicos e tecnológicos são essenciais para vencer os desafios e criar oportunidades a partir das riquezas e potencialidades naturais da Amazônia brasileira, gerando desenvolvimento sustentável. Deste modo, a inovação tecnológica, a produção industrial e o desenvolvimento socioeconômico são caminhos relevantes para a elevação da densidade demográfica da região, por tornar a região um pólo de atração acadêmico, tecnológico, científico e industrial.

Posteriormente, a constatação da necessidade de incrementar a presença da MB na faixa de fronteira fluvial. A preparação e o emprego dos meios e sistemas na vigilância fluvial na faixa de fronteira devido à especificidade do ambiente ribeirinho para se contrapor às ameaças.

Finalmente, os efeitos que poderiam ser gerados pelo controle fluvial na faixa de fronteira são: o apoio logístico fluvial para a atuação do poder público e na assistência à população ribeirinha, a preservação do meio ambiente, da identidade nacional, das culturas indígenas, da soberania nacional e da integridade territorial da Amazônia, proteção das populações indígenas e do transporte hidroviário, contribuindo para a integração nacional, cooperação sul-americana, segurança nacional e manutenção da ordem, do progresso e da paz na Amazônia brasileira.

4 CONCLUSÃO

Este autor entende que os ensinamentos históricos colhidos não podem ser desprezados no planejamento e emprego dos meios e sistemas das Forças Armadas na vigilância da Amazônia brasileira, especialmente nas reservas indígenas na faixa de fronteira.

A via fluvial é o caminho natural de acesso pelo quais as “células de ameaças” podem entrar e atuar nas reservas indígenas em busca de recursos naturais na Amazônia. O incremento na vigilância e o controle do tráfego fluvial são primordiais para o desenvolvimento e a integração da Amazônia brasileira.

As demarcações das terras indígenas, no sentido oposto ao da integração nacional, retardam o desenvolvimento e a integração da região, a título da preservação cultural dos indígenas brasileiros, quando a tradição brasileira é de ser um país multicultural.

As vulnerabilidades de acesso das reservas indígenas demarcadas na faixa de fronteira, que podem ser exploradas pelas ameaças externas, são potencializadas pela fragmentação da sociedade brasileira, artificialmente, produzida pelos atores transnacionais com o isolamento das populações indígenas em reservas e pela geração de entraves adicionais ao desafio de desenvolver e integrar a ao restante do país.

A demonstração dos interesses econômicos na região amazônica por parte dos países desenvolvidos realça a importância de melhor conhecer a atuação de estrangeiros no cenário amazônico. Sendo relevante, o incremento da vigilância fluvial na faixa de fronteira pela MB.

As questões indígenas e de defesa fronteiriça convergem no âmbito da demarcação de terras indígenas em área de fronteira amazônica, com a similitude dos ensinamentos históricos colhidos da questão do rio Pirara, do Canal do Panamá e do México, realçando a necessidade do incremento da presença da MB nos rios navegáveis das terras indígenas fronteiriças e na Amazônia brasileira como um todo.

Na opinião deste autor, as demarcações de imensas reservas caracterizam-se, na realidade, por ser uma operação não-convencional de negação do uso das riquezas pelos brasileiros e de proteção dos recursos naturais, “reservando” para uso dos países desenvolvidos.

Considerando as grandes dimensões da faixa de fronteira, a grande malha fluvial navegável e a necessidade de proteção dos brasileiros que vivem na região amazônica, ação de presença da MB no controle do tráfego fluvial, assume importante papel para a dissuasão

estratégica e para proteção das populações ribeirinhas indígenas.

O desenvolvimento e a integração da região ao restante do país reforçam a soberania nacional na Amazônia brasileira. A manutenção da segurança da Amazônia Brasileira é um desafio de âmbito nacional, cabe a MB contribuir com os esforços das demais instituições do Estado.

Os efeitos que poderiam ser gerados pelo controle fluvial na faixa de fronteira são: o apoio logístico fluvial para a atuação do poder público e na assistência a população ribeirinha; a preservação do meio ambiente, da identidade nacional, das culturas indígenas; a proteção das populações indígenas e do transporte hidroviário, contribuindo para segurança nacional e manutenção da soberania nacional, da integridade territorial da Amazônia, da ordem, do progresso e da paz na Amazônia brasileira.

Os reflexos da existência de reservas indígenas na faixa de fronteira da Amazônia brasileira são reforçar a necessidade de incrementar na presença e a vigilância, principalmente na faixa de fronteira fluvial das reservas indígenas devido às vulnerabilidades de acesso. O que torna relevante a geração de conhecimento, tanto das ameaças quanto dos desafios a serem combatidos no século XXI, de modo a orientar o preparo e emprego da MB na vigilância fluvial das fronteiras, e contribuir para o desenvolvimento e integração da região.

A importância da presença da MB no controle do tráfego fluvial para a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial brasileira na primeira década do século XXI, nas fronteiras das reservas indígenas, se fundamenta na efetiva ação do Estado na Amazônia brasileira, na região estratégica da maior rede hidrográfica do mundo, por apoiar a atuação do poder público; fomentar a integração regional; cooperar para a integração sul-americana e o desenvolvimento; contribuir para a defesa da Pátria, dissuasão estratégica, vigilância fluvial; proteção e assistência das populações ribeirinhas; manutenção da identidade nacional e preservação dos interesses nacionais.

As fronteiras fluviais indígenas são apenas as portas mais largas a serem fechadas às ameaças, restam muitas outras a serem vigiadas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Presidência da República, Decreto n. 5.484, **Política de Defesa Nacional**, de 30 de junho de 2005. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º jul. 2005. Disponível em: < [https:// www.defesa .gov.br/mobilizacao/arquivos/decreto_politica_defesa_nacional.pdf](https://www.defesa.gov.br/mobilizacao/arquivos/decreto_politica_defesa_nacional.pdf) >. Acesso em: 13 de abr. 2009.
- CABRAL, Severino. **Amazônia e Globalização**: Reflexão em torno de alguns possíveis futuros. Disponível em: <<http://www.esg.br/cee/ARTIGOS/severino2.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2009.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Introdução à defesa da Amazônia**. 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2009.
- CLAVELL, James. **A arte da guerra**. 30. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O Império do Brasil e as grandes potências**. Revista de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, ano 1, n. 1, Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.ucb.br/relinter/download%5CRevista %20PI% 2001%2002%20Doratioto.pdf](http://www.ucb.br/relinter/download%5CRevista%20PI%2001%2002%20Doratioto.pdf) > Acesso em: 01 ago. 2009.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MATTOS, Adherbal Meira. **Em defesa da Amazônia brasileira & outros estudos**. Belém: CEJUP, 1995.
- MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. **Voto-vista da Petição 3.388-4 Raposa Serra do Sol**. 2009. Disponível em: <[http:// www.stf .jus.br/ arquivo /cms /noticia NoticiaStf/ anexo/ pet3388MA.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/pet3388MA.pdf) >. Acesso em: 04 de ago. 2009.
- OTCA, **Plano Estratégico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica para o período 2004-2012**. 2004. Disponível em: <[http://www.otca.org.br/PDF/Plano_ Estrategico.pdf](http://www.otca.org.br/PDF/Plano_Estrategico.pdf) >. Acesso em: 19 de jul. 2009.
- PESCE, Eduardo Ítalo. **A nova política de defesa nacional**. Revista Segurança e Defesa. Disponível em:<http://www.segurancaedefesa.com/Nova_PDN.htm>. Acesso em: 13 de abr. 2009.
- PINHEIRO, Luiz Cláudio. **ANTAQ reconhece controle deficiente da navegação amazônica**. Agência Câmara. Disponível em:< <http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=119353>>. Acesso em 10 de ago. 2009.
- ROSENFELD, Denis Lerrer. **Nação Guarani**, Jornal O Estado de S. Paulo - 25/05/2009. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2009/5/25/nacao-guarani>>. Acesso em: 16 ago. 2009.
- SILVESTRE, Thiago. **A “grilagem” internacional feita em nome dos índios**. Revista Meio Ambiente. **2008**. Disponível em: <[http://www. revista meio ambiente.com.br/2008/03/03/a-](http://www.revista.meioambiente.com.br/2008/03/03/a-)

grilagem-internacional-feita-em-nome-dos-indios/>. Acesso em: 15 ago. 2009.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; MARTINS, Luciano. **O Brasil e a nova ordem (desordem?) mundial**. Rio de Janeiro. José Olympio, 2006.

VILLA, Rafael Duarte; CORDEIRO, Fábio Cereda. **Ganhos relativos ou política doméstica? Os tratados do Canal do Panamá como um jogo de dois níveis**. 2006, vol.28, n.2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v28n2/a01v28n2.pdf>>. Acesso em 13 de ago. 2009.